

A RELAÇÃO ENTRE ENUNCIADOS E CONTEXTOS E OS IMPLÍCITOS COMUNICACIONAIS

ROLDÃO, Ronaldo¹
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

RESUMO: O presente trabalho tem como proposta a realização de análises pragmáticas de enunciados e suas relações com contextos, tendo como objetivo encontrar as características linguísticas defendidas pelos teóricos e pesquisadores John Austin, Paul Grice e Oswald Ducrot. Tais teóricos propõem as teorias: 1) dos Atos de Fala (John Austin), que apresenta três classificações: ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário; 2) do Princípio da Cooperação (Paul Grice), formada por quatro máximas: a máxima da qualidade, da quantidade, da relevância e de modo; e 3) dos Marcadores de Pressuposição (Oswald Ducrot), que abordam as informações que se encontram implícitas no enunciado, tratadas como posto, pressuposto e subentendido. Dessa forma, a problemática principal desse estudo é identificar e apontar, em enunciados extraídos de distintas situações comunicacionais, a presença das características linguísticas propostas nessas teorias. Para isso, exemplos cotidianos presentes em tirinhas, propagandas e situações de fala do dia a dia, integram o desenvolvimento desse estudo. Tais análises permitem observar que essa área de conhecimento é importante para que se entenda como o ser humano, por meio da linguagem em uso, realiza o processo de comunicação e de como a enunciação carrega sentidos que vão além do sentido explicitamente enunciado, sem comprometer o tema central do diálogo.

Palavras-chave: Pragmática. Pressuposto. Máximas conversacionais. Atos de fala. Linguagem.

THE RELATION BETWEEN UTTERANCES AND CONTEXTS AND THE IMPLICIT COMMUNICATIONAL MEANINGS

ABSTRACT: *The purpose of this work is to make a pragmatic analysis of some utterances and its relation with contexts in order to find the linguistic characteristics proposed by the theorists and searchers John Austin, Paul Grice and Oswald Ducrot. The above authors propose the following theories: 1) Speech Acts (John Austin), which presents three classifications: locutionary, illocutionary and perlocutionary acts; 2) Cooperative Principal (Paul Grice), which is composed of four maxims: quality, quantity, relation and manner; and 3) Presupposition Triggers (Oswald Ducrot), which deals with the information that is implicit in the utterance, named as presupposition and implicature. In this way, the main goal of this study is to identify and point out in utterances took from different communicational situations the presence of the linguistic characteristics proposed in those theories. Ordinary everyday samples of comic strip, advertisement and daily speech integrate the development of this study. Such analysis allows us to observe that this field of knowledge is important in order to understand how the human beings, by the language in use, perform the communication process and how the utterances carry meanings that go beyond the explicitly declared meanings, without compromising the central subject of the dialogue.*

Keywords: *Pragmatic. Presupposition. Conversational maxims. Speech acts. Language.*

¹ Formado em Letras Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola pela UFSC; pós-graduando em Letras: Linguagem e Sociedade pela UTFPR – Campus Pato Branco.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação humana é um processo complexo que envolve a totalidade da situação da qual os interlocutores participam. O processo comunicacional não se efetiva apenas pelo fato da enunciação de palavras, que se supõe deterem sentidos denotativos estritos. A comunicação se efetiva por meio de associações de sentidos que abarcam desde o significado puramente denotativo atribuído ao signo linguístico até os aspectos amplos que envolvem todo o contexto dos enunciados.

O sentido que os interlocutores dão aos enunciados é dependente de um amplo contexto que envolve a situação. Assim, o sentido denotativo ou semântico de determinado enunciado não condiz, exatamente, com o sentido pragmático introduzido pelos interlocutores. A significação contextual é o que lhe dá a enorme riqueza e que permite que a linguagem seja usada em diferentes níveis, por assim dizer, tais como na poesia e na ironia.

Um mesmo enunciado proferido em situações distintas, embora formado pelas mesmas palavras e até mesmo pela mesma entonação, pode cobrar sentidos diferentes a depender do contexto de sua produção. As situações reais do contexto dão aos enunciados a capacidade de apresentarem múltiplos sentidos, e estes sentidos inferidos pelos interlocutores são o resultado de seu conhecimento linguístico – em um primeiro plano – e contextual – em um plano mais abrangente.

Se faz necessário, em um primeiro momento, ter conhecimento linguístico com relação à língua usada por uma comunidade para que se possa relacionar os significantes com seus significados primordiais, para, a partir daí, agora já levando-se em consideração o conhecimento contextual, inferir sentidos mais amplos que rompam com a relação denotativa estrita entre significantes e significados atribuídos aos signos linguísticos sistematicamente.

Em outras palavras, é necessário conhecer a língua primeiramente para, então, em uma conversação, inferir sentidos dos enunciados contextualizados. Como exemplo rápido, podemos observar a tirinha abaixo:



Fonte: www.radicci.com.br/portal

A tirinha nos enuncia que ligar as sinaleiras de direção (pisca) do veículo, dando informações sobre a direção que o veículo irá tomar – direita ou esquerda – “não gasta luz”. Podemos pensar que para que a sinaleira seja ligada é necessário energia, então há gasto de energia, porém o autor parece estar fazendo referência à luz que se gasta nos domicílios, onde o gasto de luz gera gastos financeiros porque temos que pagar mensalmente por este serviço.

Com o exposto anteriormente temos já um sentido para o enunciado, ou seja, já podemos perceber que há uma carga irônica quando o autor relaciona a “luz” do veículo com a “luz” do domicílio. Porém o contexto nos indicará que este enunciado possui um sentido subentendido. Qual seja: as pessoas de comunidades de descendentes de italianos têm a reputação de serem tacanhos. Desta forma, qualquer coisa que gere gastos financeiros é algo evitado por eles.

Assim, o enunciado nos diz que os italianos, por serem tacanhos, não ligam o pisca para não gastarem. Agora bem, sabemos que se refere a esta etnia em específico porque o personagem da tirinha representa estas comunidades e o autor explicita e intencionalmente o faz, inclusive, em suas apresentações e *shows* ao vivo. Sem esse conhecimento contextual, podemos inferir outros sentidos da tirinha, como, por exemplo, relacioná-la à “crise” que o país está passando atualmente e a conseqüente preocupação das famílias brasileiras com a economia doméstica.

Vemos que os enunciados, quando estão contextualizados, adquirem outros sentidos que sobre-passam o sentido estritamente semântico. Deste modo, objetivamos, nesse texto, analisar alguns aspectos pragmáticos da linguagem, relacionando teorias sobre as características situacionais e contextuais da linguagem com alguns enunciados de gêneros distintos. Pretendemos demonstrar que o significado de um enunciado é construído

no seu contexto de uso, e o conhecimento de mundo relacionado a este contexto pode influenciar na formação de sentido.

2. PRAGMÁTICA E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Segundo Menegusso (2008, p. 2), a Pragmática é “a ciência que estuda o significado das palavras e dos enunciados dentro de um determinado contexto, extrapolando o sentido literal e demonstrando o que se encontra implícito na comunicação”. Leva-se em consideração, então, em um primeiro plano, o significado das palavras e dos enunciados em um nível literal e denotativo, porém situacionalizando-os dentro de um dado contexto em que aqueles sentidos estritamente literais dão lugar a novos sentidos que surgem de acordo com a situação concreta de sua enunciação. É, então, quando se atenta para os sentidos implícitos na comunicação.

Fiorin (2010, p.166), na mesma direção, destaca que “a Pragmática é a ciência do uso linguístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística”. E que “[...] não confere à língua uma posição central nos estudos linguísticos, não a vê isolada da utilização da linguagem”. O autor esclarece que a pragmática não coloca a língua – entendida como sistema o qual é, obviamente, denotativamente sistematizada – como centro de seus estudos, mas estuda o uso linguístico e, assim, leva em consideração aspectos contextuais os quais, na prática linguística, conferem aos enunciados sentidos implícitos.

O mesmo autor enfatiza os estudos da Pragmática explicando que seu objeto de estudo tem uma relação entre a estrutura da linguagem e o seu uso, sempre fazendo relação entre língua e a situação concreta dos enunciados que, segundo o autor, são elementos que não foram levados em consideração pelas correntes linguísticas anteriores.

A Pragmática estuda a relação entre a estrutura da linguagem e seu uso, o que fora deixado de lado pelas correntes anteriores da Linguística, que criaram outros objetos teóricos. O estudo do uso é absolutamente necessário, pois há palavras e frases cuja interpretação só pode ocorrer na situação concreta de fala. (FIORIN, 2010, p.166)

Para exemplificar sua tese, o autor cita o exemplo de quando alguém pergunta: *tem fogo?* É preciso observar o contexto para interpretar a pergunta. Assim, se o indivíduo que pergunta é alguém com um cigarro apagado entre os dedos, com um gesto indicando que

está disposto a fumá-lo, então, pede pelo “fogo” por uma razão específica: porque pretende acender seu cigarro. “Seria muito estranho que a pessoa respondesse pura e simplesmente: Tenho, e não pegasse o isqueiro ou os fósforos para passar à pessoa que perguntou.” (FIORIN, 2010, p.166)

Nesta linha, podemos pensar que quando nos utilizamos dos signos linguísticos por meio de significantes que, sistematicamente, possuem um significado denotativo específico, nem sempre o que se pretende dizer, ou o resultado do enunciado proferido, segue rigorosamente o que o significado denotativo representa.

Em outras palavras, quando alguém fala: *Está frio aqui*. Na realidade, o que se pretende pode não ser exatamente informar que “está frio naquele local”, mas provocar no interlocutor uma reação, como a de fechar uma janela ou uma porta que estiver aberta, por exemplo. Neste caso, o contexto em que o enunciado é proferido é fator essencial para a interpretação e para que a intenção do enunciador e a reação do destinatário sejam alcançados. Então, como visto na citação acima, um enunciado pode ter sentidos implícitos, que serão entendidos de acordo com o contexto em que ocorrem e com a bagagem de conhecimento contextual dos interlocutores.

Vemos, portanto, que o uso linguístico contextualizado é o que fornece aos interlocutores as informações necessárias para que um enunciado possa ser plenamente entendido.

O uso concreto da linguagem é a linguagem em sua manifestação real e contextualizada, dependente de um usuário que, utilizando-se da língua, expressa-a na fala e carrega seu enunciado de características macro e micro culturais e também idiossincráticas. Desta forma, o uso linguístico sempre vai além do uso da língua entendida como simples código linguístico e a Pragmática estuda as condições que governam essas práticas e possibilita o estudo da riqueza de sentidos que os enunciados carregam.

Na enunciação há os usuários da língua e a situação concreta na qual estes usuários estão inseridos, os quais estão situados temporal e espacialmente. Assim, existe o sujeito, o tempo e o espaço que formam a situação concreta global.

Vejamos:

Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do “sujeito”, tomado como ponto de referência. Assim, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia. O *aqui* é o espaço do *eu* e o *agora* é o momento da enunciação. A partir

desses dois elementos, organizam-se todas as relações espaciais e temporais. (FIORIN, 2010, p. 162)

Fiorin (2010) explica que o *eu* (sujeito) está situado no *aqui* (espaço) e no *agora* (tempo), de modo que todo enunciado proferido pelo sujeito se relaciona com outros possíveis sujeitos, tempos e espaços partindo da situação concreta, ou seja, do eu-aqui-agora. Esses elementos são o eixo em que o sujeito está ancorado, situacionalmente, com relação a seu entorno, e de onde podemos inferir que os enunciados não estão desligados dos contextos e, ademais, relacionam-se com o contexto a partir de um ponto temporo-espacial específico.

Nas enunciações, utilizamo-nos de marcadores que indicam *quem* (sujeito) enuncia, de *onde* (espaço) se enuncia e *quando* (tempo) se enuncia, esses marcadores são denominados dêiticos.

Um dêitico só pode ser entendido dentro da situação de comunicação e, quando aparece, num texto escrito, a situação enunciativa deve ser explicitada. Se encontrarmos um bilhete em que esteja escrito *Ontem trabalhei muito aqui*, não entenderemos plenamente a mensagem, pois não saberemos quem trabalhou, quando é *ontem* e onde é *aqui*. Em resumo, não se pode saber o sentido do *eu*, do *ontem* e do *aqui* da mensagem, pois falta o conhecimento da situação de comunicação. No caso dos dêiticos, não adianta só o conhecimento do sistema linguístico, pois o que é preciso, para entendê-los, é conhecer a situação de uso. (FIORIN, 2010, p. 161-2)

A Pragmática, portanto, estuda a língua em seu uso concreto em situações comunicacionais em que o contexto e os sujeitos são elementos definidores dos sentidos implícitos dos enunciados. Assim, o sentido literal dos enunciados é extrapolado na medida em que o contexto possibilita outra formulação de sentido diferente do significado linguístico estritamente literal que o enunciado carrega. O sujeito, situado em um dado contexto, é o ponto fundamental para que se possa inferir o sentido de determinado enunciado.

3. TEORIAS DA LINGUAGEM APLICADAS À ANÁLISE DOS ENUNCIADOS

Serão analisados, neste trabalho, alguns enunciados fundamentando-se nas teorias 1) dos *Atos de Fala* de John Austin, 2) do *Princípio da Cooperação* e das *Máximas Conversacionais* de Paul Grice e 3) dos *Marcadores de Pressuposição* de Oswald Ducrot,

no intuito de perceber quais as relações pragmáticas dos referidos enunciados considerando contextos e sujeitos.

Os autores acima citados, de acordo com Fiorin, foram os responsáveis pelo início dos trabalhos com a Pragmática.

O ponto de partida da Pragmática foram os trabalhos dos filósofos da linguagem, particularmente John Austin e Paul Grice. O primeiro diz que a linguagem não tem uma função descritiva, mas uma função de agir. Ao falar, o homem realiza atos. (FIORIN, 2010, p. 166)

Há uma quebra do paradigma em que se entende a linguagem como um instrumento meramente descritivo do mundo, subestimando a totalidade da relação entre linguagem, sujeitos e contexto. Os enunciados podem tomar sentidos distintos daqueles que lhes são sistemática e denotativamente atribuídos e o contexto e o conhecimento de mundo relacionado a este contexto influenciam na formação de sentido.

3.1. Os Atos de Fala

Na teoria dos *Atos de Fala*, John Austin classificou os atos em três tipos: ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário. Essa teoria descreve as ações humanas que se concretizam por meio da linguagem. Assim, como vimos anteriormente, os enunciados produzem sentidos a depender dos sujeitos e de situações concretas nas quais são proferidos, e estes enunciados podem ser, em si mesmos, ações e, também, produzir efeitos que impliquem em ações.

- a) Ato locucionário: é o ato do dizer, o proferimento da sentença.
- b) Ato ilocucionário: é o ato que se realiza no enunciado, é a ameaça ou promessa deixada pelo locutor.
- c) Ato perlocucionário: é o efeito produzido sobre o interlocutor que implica na realização de uma ação. (AUSTIN *apud* MENEGUSSO, 2008, p.3)

Se pensarmos em termos sócio-relacionais, a grande maioria, senão a totalidade, das relações humanas que, no seio social, dão forma e andamento aos institutos socio-organizacionais – como, por exemplo, a existência de empresas, de igrejas, de poderes governamentais etc. – têm, na linguagem, seu instrumento principal, promotor de ações e da própria organização social. Então, pensando nesta linha, o uso da linguagem produz *atos*

de fala e move, por assim dizer, o ser humano de forma organizada dentro de uma sociedade que é resultado das relações entre sujeitos.

Os Estudos dos Atos de Fala [...] concebem a linguagem como uma *atividade* construída pelos/as interlocutores/as, ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si – a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação. (AUSTIN, 1990 *apud* PINTO, 2012, p. 66)

Para Austin, a linguagem não tem função meramente descritiva, mas é ação em si e promove ação ao ser utilizada. Se refletirmos sobre nossas relações cotidianas e sobre nossas enunciações, é possível perceber que pouco se usa a linguagem com um objetivo descritivo, pois em nossas atividades cotidianas estamos em interação, com os demais e com o meio, e o próprio ‘interagir’ leva em seu âmago o ‘agir’, que por sua vez é ‘ação’. Neste sentido, estamos provocando e efetuando ações por meio da fala, mais que descrevendo o mundo que nos rodeia.

Podemos pensar em um exemplo cotidiano dessa característica da linguagem: o presidente da Câmara dos Deputados enuncia: Declaro aberta a sessão.

Neste exemplo, a própria sentença: “declaro aberta a sessão” é o ato locucionário. O efeito declarativo da sentença de que, a partir daquele momento, começarão os trabalhos legislativos referentes àquela sessão é o ato ilocucionário. A partir daí, os deputados começarão a pronunciar-se, a votar, organizar seus papéis e documentos etc., e estas ações realizadas são os atos perlocucionários.

Socialmente é possível deparar-nos com muitos exemplos de atos de fala como os de acima, vejamos alguns: quando o padre enuncia *seja abençoado*; quando alguém enuncia *está pronta a comida*; quando alguém enuncia *você pode vir até minha sala?*; entre outros, em que podemos perceber que o *ato locucionário*, que é a própria emissão do enunciado, irá provocar nos interlocutores os efeitos *ilocucionário* e *perlocucionário* e, por conseguinte, ações.

Com base na teoria dos atos de fala, tentaremos analisar a tirinha abaixo, em que há uma interpretação inesperada do interlocutor com relação ao sentido do enunciado, justamente pela relação entre o sujeito que está interagindo com o enunciado e seu conhecimento de mundo.

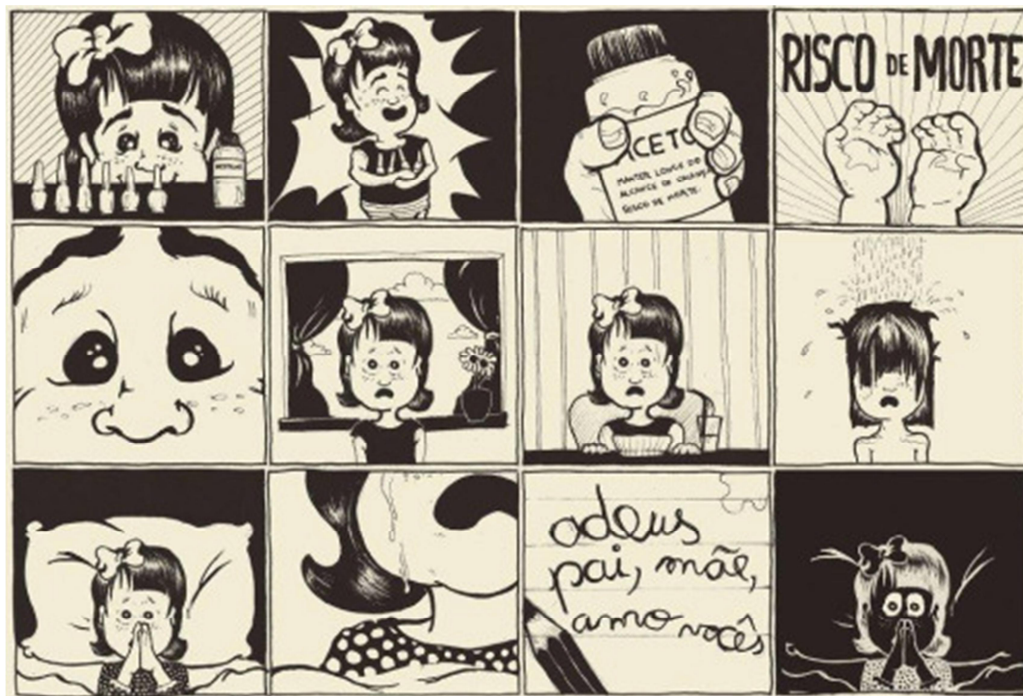


Figura 1: Depósito de tirinhas. Disponível em: <http://deposito-de-tirinhas.tumblr.com/image/110769208537>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2015.

Podemos começar pensando no enunciado do frasco de acetona, qual seja: *Acetona: Manter longe do alcance de crianças. Risco de morte.* O enunciado em si é o Ato locucionário, é o proferimento da sentença, ato de enunciar que, nesse caso, é em forma de código escrito e não sonoro. Partindo do Ato locucionário, podemos pensar no Ato ilocucionário desse enunciado, que seria a intenção de alertar que a acetona é um produto perigoso e que deve ser mantido fora do alcance de crianças pelo risco de acidentes.

Tendo em mente os atos acima expostos, podemos pensar no Ato perlocucionário, que seria a ação, neste caso, provavelmente, por parte dos adultos, de guardar a acetona em local seguro, de forma que crianças não tenham acesso a ela. Assim, o proferimento da sentença gera ações e confere à linguagem a característica de provocar atos.

A análise feita nos dois parágrafos anteriores leva em consideração uma visão do que seriam os 'atos esperados' de um adulto, a partir da informação enunciada no frasco de acetona e de acordo com seu conhecimento de mundo. Porém, como vimos anteriormente, o contexto e o sujeito são os elementos que definem os sentidos dos enunciados. Na tirinha, o sentido extraído do enunciado pela personagem foi de acordo ao seu conhecimento de mundo, e os atos de fala provocados pelo enunciado culminaram em uma ação inesperada da personagem.

A personagem pensa que vai morrer por haver tocado o frasco de acetona, e, conseqüentemente, se desespera, reza e em um bilhete se despede de seus pais. Estes últimos são os atos perlocucionários que o enunciado provoca na personagem, pois, para ela, o ato ilocucionário do enunciado não foi um alerta, mas uma ameaça de morte iminente, pois, partindo do seu conhecimento de mundo e sendo ela criança, como ela conseguiu ‘alcançar’ o frasco que deveria ser mantido *longe do alcance de crianças*, não haveria outro destino senão a morte, que estava anunciada como *risco de morte*.

3.2. O Princípio da Cooperação e as Máximas Conversacionais

A segunda teoria comumente utilizada para a análise de enunciados é a do filósofo americano Paul Grice, sobre o *Princípio da Cooperação*, que apresenta quatro *Máximas Conversacionais* para nortear a fala humana e permitir a comunicação entre falante e ouvinte de forma que ambos entendam o que o outro quis dizer. O autor denomina sua teoria de *Princípio da Cooperação* porque entende que a comunicação entre dois sujeitos deve ser um processo cooperativo, para que ambos possam entender a mensagem do interlocutor.

As máximas são assim classificadas:

- a) Máxima da qualidade: a sua contribuição deve ser verdadeira; “não diga o que você pensa que seja falso”.
- b) Máxima da quantidade: a sua contribuição deve conter somente o necessário; “não diga nem mais nem menos do que o exigido”.
- c) Máxima da relevância: a sua contribuição deve ser relevante; “não diga o que não for importante”.
- d) Máxima de modo: a sua contribuição deve ser clara o suficiente para ser entendida; “fale de maneira ordenada e sem obscuridades”. (GRICE *apud* MENEGUSSO, 2008, p.5)

Podemos inferir que, na comunicação entre sujeitos, o processo comunicativo deve atender a alguns princípios básicos para que não haja ambigüidade de sentidos, ocasionando, conseqüentemente, interpretações também ambíguas.

No entanto, pode ocorrer que o locutor ultrapasse os limites definidos pelo princípio da cooperação e infrinja, intencionalmente ou necessariamente, uma das máximas, cabendo, então, ao interlocutor “fazer uma série de cálculos mentais a fim de buscar uma interpretação para tal enunciado” (DASCAL, 1982 *apud*, OLIVEIRA, 2006), e descobrir, assim, qual foi o motivo da violação. (MENEGUSSO, 2008, p. 6)

Se pensarmos em poesia ou ironia, por exemplo, percebemos que a linguagem é usada de forma que o interlocutor tem que fazer uma série de cálculos mentais, como citado acima, para interpretar o enunciado. Assim, podemos pensar que em muitas ocasiões as máximas conversacionais são violadas intencionalmente para criar possibilidades de interpretação que levem o interlocutor a relacionar-se de maneira especial com o sentido do enunciado.

Para compreender as Máximas Conversacionais de Grice, analisaremos a forma como foi escrito o letreiro de uma barbearia.



Figura 2: Corto cabelo e pinto. Disponível em: <http://www.proibidoler.com/news/corto-cabelo-e-pinto>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2015.

No enunciado acima, já de momento, percebemos que há ambiguidade de sentido e, pensando nas máximas conversacionais, é possível perceber que há a violação da máxima de modo: *a sua contribuição deve ser clara o suficiente para ser entendida; “fale de maneira ordenada e sem obscuridades”*. Não há, no enunciado, muita clareza com relação ao último termo: *pinto*, pois ele pode ser interpretado como verbo ‘pintar’, ou como substantivo ‘pinto’, que neste último caso tem o sentido de ‘pênis’.

Há ambiguidade no enunciado, o qual é tomado em tom de ironia e podemos analisá-lo pensando nas características da língua portuguesa e relacionar essa ambiguidade criada com uma espécie de desordem de termos, ou seja, na língua portuguesa o uso mais comum seria “*sujeito+verbo+complemento*”, e vemos que, no exemplo citado temos “(*sujeito*

tácito)+verbo+complemento+verbo”, o que resultou na interpretação do último verbo como um substantivo (complemento), abrindo, assim, a possibilidade para outra interpretação, pois a ordem dos elementos do enunciado não seguiu a forma corriqueiramente usada em nossa língua.

Assim, como a máxima de modo prega que o enunciado deve ser ordenado e sem obscuridades, podemos inferir que, pensando em sentido sintático-estrutural, houve a quebra de uma ordem da estrutura sintática lógica da língua e isso causou a violação da máxima de modo e o último termo do enunciado cobrou sentidos diversos.

3.3. Marcadores de Pressuposição

A terceira teoria proposta para análise é a dos *Marcadores de Pressuposição* de Oswald Ducrot. Conforme o que destaca Menegusso (2008, p. 8) “[...] são elementos linguísticos que introduzem os pressupostos, ou seja, as informações que se encontram implícitas no enunciado”.

Ao enunciarmos há informações que não são explicitamente ditas, porém que são subentendidas por estarem implícitas no enunciado. Assim, os enunciados carregam informações que podem ser inferidas por meio de uma análise dos elementos expostos no enunciado, os quais nos dizem algo que não está claramente dito, porém a enunciação mesma carrega na informação enunciada outras informações que são abertamente postas.

De acordo com formulação de Orecchioni, o pressuposto é a informação que não é abertamente posta, isto é, que não constitui o verdadeiro objeto da mensagem, mas que é desencadeada pela formulação do enunciado, no qual ela se encontra intrinsecamente inscrita, independentemente da situação de comunicação. (FIORIN, 2010, p. 181)

O pressuposto, como vemos, encontra-se intrinsecamente inscrito no enunciado, é dizer, a pesar de não apresentar-se abertamente posto, pode ser inferido porque a própria informação posta é elaborada fundamentando-se nos pressupostos. “O que é dito explicitamente pode ser questionado. Os pressupostos, no entanto, devem ser verdadeiros ou, ao menos, tomados como tal. Os explícitos são constituídos sobre os pressupostos.” (FIORIN, 2010, p. 182)

Assim, quando alguém enuncia: *Ele nunca mais voltará para a cadeia*, percebemos que o pressuposto é que “ele estava preso e foi libertado”, e essa informação não pode ser

negada, pois se a negarmos dizendo: *Mas ele nunca esteve preso!* O próprio enunciado torna-se nulo de sentido. O explícito é constituído sobre o pressuposto, então o pressuposto não pode ser falso, pois conseqüentemente o posto perderá toda validade. “A pressuposição aprisiona o leitor ou o ouvinte numa lógica criada pelo produtor do texto, porque, enquanto o posto é proposto como verdadeiro, o pressuposto é, de certa forma, imposto como verdadeiro. Ele é apresentado como algo evidente, indiscutível”. (FIORIN, 2010, p. 182)

Há também, nos enunciados, informações subentendidas, que “são informações veiculadas por um dado enunciado, cuja atualização depende da situação de comunicação” (FIORIN, 2010, p. 184). Os subentendidos não formam a base sobre a qual o explícito é constituído, tal como os pressupostos, pois não está relacionado intrinsecamente com o enunciado e depende do conhecimento de mundo dos interlocutores ao relacionarem o enunciado com fatos extralinguísticos aos quais remetem.

A diferença entre um pressuposto e um subentendido é que aquele é uma informação indiscutível, ou apresentada como tal, tanto para o falante quanto para o ouvinte, pois decorre necessariamente do sentido de um marcador linguístico, enquanto este é de responsabilidade do ouvinte. O pressuposto pode ser contestado, mas é formulado para não o ser. Já o subentendido é construído, para que o falante, caso seja interpelado, possa, apegando-se ao sentido literal das palavras, negar que tenha dito o que efetivamente quis dizer. (FIORIN, 2010, p. 184)

Em uma reportagem da revista *Veja*, de 7 de novembro de 2001, em um artigo sobre o patrimônio de Brizola, o início do primeiro parágrafo é o seguinte: “Entre as qualidades do ex-governador Leonel Brizola, uma chama a atenção: a capacidade de não se descuidar das finanças pessoais quando mantém dedicação integral à política” (VEJA, 2001, p. 42). O próprio enunciado trás informações que se chocam, pois, ao dedicar-se integralmente a uma atividade, logicamente não haveria a possibilidade de dedicação concomitantemente a outra. Neste sentido, o enunciado não propõe nem impõe sentidos, porém diz implicitamente sem dizê-lo explicitamente, ou seja, subentende-se que há estreitas relações entre as “finanças pessoais” e a “atividade política” de Brizola, levando o interlocutor a inferir que trata-se de um político corrupto, que usa o dinheiro público em prol de si.

Para analisar os marcadores de pressuposição, apresentaremos o seguinte ato de fala: em uma oficina mecânica, dois mecânicos conversam da seguinte maneira:

Mecânico 1: Viu!? Os loco não passaram ainda?

Mecânico 2: Não. Mas os carça froxa lá de baxo ligaram.

Mecânico 1: E os lá do centro?

Mecânico 2: Esses nem com reza braba!

Como vimos em capítulos anteriores, os sujeitos interlocutores e o contexto no qual estes estão inseridos são o eixo fundamental para que se possa inferir os sentidos dos enunciados. Neste sentido, não temos acesso à algumas informações dos enunciados, como será argumentado posteriormente, porém podemos inferir o que está posto, pressuposto e subentendido, e é possível a seguinte conclusão:

a) Está posto que:

1) *alguém ligou para o estabelecimento.*

O que nos permite esta constatação é a enunciação: “...os carça froxa lá de baxo ligaram.” O interlocutor está simplesmente afirmando que alguém ligou para o estabelecimento, está explícito no enunciado.

b) Está pressuposto que:

1) *alguém teria que ter passado pelo estabelecimento.*

O que nos permite esta constatação é a enunciação: “Os loco não passaram ainda?” Para que este enunciado seja verdadeiro, como vimos anteriormente, o pressuposto sobre o qual ele se fundamente deve ser verdadeiro também. Então, deve ser verdadeiro que “alguém teria que ter passado pelo estabelecimento”, para que este questionamento faça sentido aos interlocutores.

2) *alguém teria que ter ligado para o estabelecimento.*

O que nos permite esta constatação é a enunciação: “Mas os carça froxa lá de baxo ligaram... E os lá do centro?” Seguindo a mesma linha do exemplo anterior, neste enunciado também o pressuposto deve ser verdadeiro. Então, deve ser verdadeiro que “alguém teria que ter ligado para o estabelecimento”, para que o questionamento “E os lá de do centro?” seja pleno de significação aos interlocutores.

c) Está subentendido que:

1) *alguém está atrasado para um compromisso marcado (reunião?, venda?).*

O que nos permite esta constatação é a enunciação: “Os loco não passaram ainda?” Este enunciado sugere um pressuposto, como vimos anteriormente, porém também propõe um subentendido, qual seja: está subentendido no enunciado que havia um compromisso marcado, porém não saberemos que compromisso é esse porque o enunciado não nos dá informações suficientes para fazê-lo. Neste sentido, podemos subentender que pode haver

sido marcada uma reunião, um encontro de venda comercial, um cliente que deixou seu veículo e não o retirou etc.

2) *alguém não irá entrar em contato.*

O que nos permite esta constatação é o enunciado: “Esses nem com reza braba!” Neste enunciado o interlocutor não nos diz claramente sua intenção, mas apenas insinua que “alguém não irá entrar em contato”. O interlocutor delega, em certa medida, ao ouvinte a tarefa de inferir sentidos do enunciado.

Outro ponto a destacar, no contexto específico acima, é que não é possível, para quem não tem conhecimento contextual, saber quem são “os loco”, “os carça froxa” e “os lá do centro”, pois esse conhecimento somente é acessível aos personagens que participam deste contexto em específico. Porém, por outro lado, é possível obter dos enunciados as informações acima referidas sobre o que está posto, pressuposto e subentendido, pois a própria linguagem nos sinaliza para que possamos assim interpretá-los.

Pode-se perceber, então, que os enunciados em geral possuem vários níveis de significação e que toda e qualquer pessoa que leia ou presencie os enunciados acima proferidos retirará deles algum significado, porém será para os envolvidos no contexto que o enunciado alcançará, teoricamente, a interpretação almejada.

Observa-se que na linguagem, principalmente na linguagem oral, são utilizados elementos que não seguem o que a língua, sistematicamente, coloca como sentidos denotativos, pois, como vimos, as expressões usadas não são expressões específicas, mas são expressões especialmente subjetivas, as quais possibilitam diferentes níveis de interpretação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano simboliza a realidade através da linguagem e por meio desse processo complexo de produção de sentido tenta ‘traduzir’ o mundo em simbologia linguística. Isso ocorre por meio de um sistema linguístico em que os sentidos são denotativamente sistematizados, porém onde essa barreira separatória entre os sentidos denotativos e conotativos está sempre sendo quebrada.

Assim, pudemos perceber que, para expressar a realidade por meio de simbologia linguística, o ser humano necessita de um contexto em que todos os envolvidos no processo de comunicação compartilhem os possíveis sentidos conotativos que os signos

possam indicar, é dizer, a comunicação somente se efetiva quando os envolvidos no processo sabem seguramente de que se fala, pois há casos – como no exemplo do diálogo em que a palavra “loco” (louco) foi usada – em que os enunciados são completamente vagos e não possibilitam seu entendimento por parte de quem não conhece o contexto.

O contexto tem enorme importância para que os enunciados cobrem sentido. Podemos perceber que a linguagem, por ser intrinsecamente um processo simbólico, não está adstrita aos sentidos denotativos das palavras, pois nos diversos contextos em que os enunciados são pronunciados, podem ter múltiplos sentidos, a depender do conhecimento contextual de cada interlocutor.

Outro elemento fundamental na comunicação são os sujeitos, os quais sempre estão situacionalizados, ou seja, atuam dentro de um dado contexto ancorados tempo-espacialmente no aqui-agora, de onde emitem seus enunciados que terão relação com tempos e espaços virtualmente passados ou futuros. Assim, o sujeito e o contexto estão intrinsecamente relacionados, de modo que os interlocutores, situacionalizados em um determinado contexto, infiram sentidos dos enunciados partindo da situação contextual relacionada à linguagem em uso.

Os sujeitos, em situações contextuais, usam a linguagem de forma a produzir atos, que são denominados Atos de Fala. Desta forma, a linguagem é usada primordialmente para mover o ser humano dentro da organização social por meio de atos decorrentes de seu uso. A linguagem não é usada para ‘descrever’ o mundo, mas para atuar sobre ele.

As línguas naturais, assim como as regras comunicacionais de construção de sentidos, seguem certa lógica de construção. Neste sentido, vimos que são propostas algumas máximas comunicacionais que, quando quebradas, causam ambiguidade de sentidos ou até, em casos extremos, nulidade de sentidos. Assim, vimos que quando se quebra a ordem linguística consensualmente estabelecida, surgem aberturas para múltiplas interpretações da informação.

Também vimos que os enunciados revelam outras informações que podem ser obtidas por meio de uma espécie de investigação minuciosa da linguagem, isto é, quando há um diálogo os enunciados ali pronunciados revelam outras informações – que, como vimos no decorrer do trabalho, podem ser classificadas como pressuposto e subentendido – as quais não estão explícitas no enunciado, mas podem ser percebidas de forma implícita pelo interlocutor, em determinado contexto.

Desta forma, compreendemos que os enunciados, para que haja produção de sentido, devem partir de sujeitos parte de um contexto, e este contexto é o que dita os sentidos que os signos produzirão. Podemos perceber, então, que os sentidos denotativos dos signos muitas vezes perdem relevância, uma vez que a linguagem, ao que parece, é utilizada majoritariamente de forma conotativa e contextualizada.

5. BIBLIOGRAFIA

ANSCOMBRE, Jean Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue. Langages*. Paris, 42: 5-27, jun, 1976.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer. Palavras e ações*. Trad. Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale*. Vol. I. Paris: Gallimard, 1966.

FIORIN, José Luiz (org). *Introdução a linguística*. 6.ed. revista e atualizada. São Paulo: Contexto, 2010.

_____, José Luiz (org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. 4. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

_____, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2010.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à linguística da enunciação*. 2. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

HABERLAND, Harmut; MEY, Jacob L. *Editorial: linguistics and pragmatics*. Journal of pragmatics, Amsterdam, v. 1, n. 1, p. 1-12, abr. 1977.

MENEGUSSO, Gustavo. *Análise pragmática de textos orais e escritos*. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/cesnors/images/projetos/textos-academicos/Modelo%20de%20Artigo%20-%20Análise%20Pragmatica%20de%20Textos%20Orais%20e%20Escritos%20-%20Menegusso.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2015.

PINTO, Joana Plaza. *Pragmática*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vol. II. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. P. 55-79.

VEJA, Revista. Edição nº 1725, ano 34, nº 44. São Paulo: Editora Abril, 2001.